

AMBIENTE

EM DESTAQUE

V d A E X P E R T I S E



1.º Trimestre de 2022

**NOTÍCIAS
RELEVANTES****CONSELHO EUROPEU ADOTOU O 8.º PROGRAMA DE AÇÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE**

No passado dia 28 de março, o Conselho Europeu adotou o 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente (PAA) que orientará a elaboração e execução das políticas ambientais até 2030.

Os seis objetivos temáticos prioritários do 8.º PAA dizem respeito: à redução das emissões de gases com efeito de estufa, à adaptação às alterações climáticas, a um modelo de crescimento regenerativo, a uma ambição de poluição zero, à proteção e restauração da biodiversidade e à redução dos principais impactos ambientais e climáticos relacionados com a produção e o consumo.

PLATAFORMA PARA AS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS PUBLICA RELATÓRIO COM RECOMENDAÇÕES SOBRE CRITÉRIOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO

No passado dia 30 de março, a Plataforma para as Finanças Sustentáveis – grupo de peritos permanente criado pela Comissão Europeia para auxiliar o desenvolvimento de políticas de finanças sustentáveis, incluindo a taxonomia da UE – apresentou à Comissão Europeia um relatório com diversas recomendações sobre os critérios técnicos de avaliação a adotar para determinação das condições em que uma atividade económica cumpre com os restantes quatro objetivos ambientais da taxonomia europeia ainda não objeto de ato delegado: utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, transição para uma economia circular, prevenção e controlo da poluição, proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

PUBLICAÇÃO DE AVISOS CONVITE PARA INVESTIMENTO NA ECONOMIA DO MAR NO ÂMBITO DO PRR

No comunicado à imprensa de 14 de janeiro de 2022, o Governo anunciou que foram publicados os oito Avisos Convite do Fundo Azul para os polos a serem financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com vista à criação do Hub Azul de infraestruturas em rede para dinamizar a Economia Azul em Portugal. A dotação é de 84 milhões de euros e devem estar concluídos até ao final de 2025

LEGISLAÇÃO NACIONAL

MAR & RECURSOS HÍDRICOS

[PORTARIA N.º 50/2022, DE 20 DE JANEIRO](#)

Procede à alteração do Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos, do Programa Operacional (PO) Mar 2020, para Portugal Continental

[DESPACHO N.º 1550/2022, DE 8 DE FEVEREIRO](#)

Classificação das zonas de produção de moluscos bivalves em Portugal Continental

[DESPACHO N.º 1547/2022, DE 8 DE FEVEREIRO](#)

Determina os procedimentos técnicos para a realização do Programa de Monitorização e Tratamento da Qualidade da Água

[PORTARIA N.º 114/2022, DE 15 DE MARÇO](#)

Altera os regulamentos específicos do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental

PLÁSTICOS

[PORTARIA N.º 10/2022, DE 4 DE JANEIRO](#)

Altera a Portaria n.º 202/2019, de 3 de julho, que define os termos e os critérios aplicáveis ao projeto-piloto a adotar no âmbito do sistema de incentivo ao consumidor para devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis

FUNDO AMBIENTAL

[PORTARIA N.º 62/2022, DE 26 DE JANEIRO](#)

Autoriza o Fundo Ambiental a efetuar a repartição dos encargos plurianuais relativos à operacionalização do Regulamento do Mecanismo de Compensação para uma Transição Justa no biénio de 2021-2022

[DESPACHO N.º 1033/2022, DE 26 DE JANEIRO](#)

Procede à segunda alteração ao regulamento de atribuição de incentivos da 2.ª fase do Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis

[DESPACHO N.º 3143-B/2022, DE 14 DE MARÇO](#)

Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2022

RESÍDUOS

[PORTARIA N.º 20/2022, DE 5 DE JANEIRO](#)

Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER) e revoga a [Portaria n.º 289/2015](#), de 17 de setembro

AR E EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

[PORTARIA N.º 110/2022, DE 10 DE MARÇO](#)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 38/2021, de 16 de fevereiro, que cria as taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas

[DESPACHO N.º 3419-B/2022, DE 23 DE MARÇO](#)

Aprova o Regulamento de Atribuição do Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículos de Emissões Nulas no Ano de 2022

LEGISLAÇÃO NACIONAL

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

[AVISO N.º 4269/2022, DE 28 DE FEVEREIRO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Torres Novas

[DESPACHO N.º 1549/2022, DE 8 DE FEVEREIRO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Celorico da Beira

[AVISO N.º 6399/2022, DE 28 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município da Batalha

[AVISO N.º 6400/2022, DE 28 DE MARÇO \(2.ª SÉRIE\)](#)

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Lagoa

FLORESTAS

[PORTARIA N.º 18/2022, DE 5 DE JANEIRO](#)

Altera as Portarias n.ºs 52/2019, 53/2019, 54/2019, 55/2019, 56/2019, 57/2019 e 58/2019, de 11 de fevereiro, que aprovaram, respetivamente, os programas regionais de ordenamento florestal de Lisboa e Vale do Tejo, do Algarve, do Alentejo, do Centro Interior, do Centro Litoral, de Trás-os-Montes e Alto Douro e de Entre Douro e Minho e respetiva [Declaração de Retificação n.º 7-A/2022, de 7 de março](#)

[DESPACHO N.º 3369/2022, DE 22 DE MARÇO](#)

Procede à identificação das freguesias prioritárias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível em 2022

OUTROS

[DECRETO-LEI N.º 16/2022, DE 14 DE FEVEREIRO](#)

Altera o regime jurídico da reconversão da paisagem

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 2/2022, DE 7 DE JANEIRO](#)

Adapta o Programa de Transformação da Paisagem ao Plano de Recuperação e Resiliência

[PORTARIA N.º 63/2022, DE 31 DE JANEIRO](#)

Alteração à Portaria n.º 262/2021, de 23 de novembro, que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos às Empresas «Promoção da Bioeconomia Sustentável»

[PORTARIA N.º 98-A/2022, DE 21 DE FEVEREIRO](#)

Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio à Produção de Hidrogénio Renovável e Outros Gases Renováveis

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

CLIMA E TAXONOMIA

Resolução do Parlamento Europeu, de 19.05.2021, sobre os efeitos das alterações climáticas nos direitos humanos e o papel dos defensores do ambiente nesta matéria

Resolução do Comité das Regiões Europeu sobre a «COP 26 e as alianças mundiais e locais para a ação climática»

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu – Caminho para um planeta saudável para todos – Plano de ação da UE: «Rumo à poluição zero no ar, na água e no solo»

Regulamento Delegado (UE) 2022/352 da Comissão, de 29.11.2021, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 no respeitante à atualização de 2021 da taxonomia estabelecida nas normas técnicas de regulamentação relativas ao formato eletrónico único de comunicação de informações

MAR & RECURSOS HÍDRICOS

Parecer do Comité das Regiões Europeu – economia azul e aquicultura sustentáveis

Resolução do Parlamento Europeu, de 07.07.2021, sobre o impacto no setor das pescas dos parques eólicos marítimos e de outros sistemas de energias renováveis

Resolução do Parlamento Europeu, de 08.07.2021, sobre a criação de áreas marinhas protegidas (AMP) na Antártida e a conservação da biodiversidade do Oceano Antártico

Regulamento Delegado (UE) 2022/204 da Comissão, de 08.12.2021, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2015/242 da Comissão que estabelece regras de execução relativas ao funcionamento dos conselhos consultivos no âmbito da política comum das pescas

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

AR E EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Resolução do Parlamento Europeu, de 19.05.2021, sobre uma Estratégia Europeia para o Hidrogénio

Aviso às empresas que pretendam importar ou exportar substâncias regulamentadas que destroem a camada de ozono para ou a partir da União Europeia em 2023 e às empresas que pretendam produzir ou importar essas substâncias com vista a utilizações laboratoriais ou analíticas essenciais em 2023

Regulamento de Execução (UE) 2022/388 da Comissão, de 08.03.2022, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2018/2066 relativo à monitorização e comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa nos termos da Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

PLÁSTICOS

Decisão de Execução (UE) 2022/162 da Comissão, de 04.02.2022, que estabelece regras de execução da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente ao cálculo, verificação e comunicação da redução do consumo de determinados produtos de plástico de utilização única e das medidas tomadas pelos Estados-Membros para atingir essa redução

OUTROS

Alterações aprovadas pelo Parlamento Europeu, em 20 de maio de 2021, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1367/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativo à aplicação das disposições da Convenção de Aarhus sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente às instituições e órgãos comunitários

**JURISPRUDÊNCIA
DA UNIÃO
EUROPEIA****ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (OITAVA SECÇÃO), DE 11 DE NOVEMBRO**

O Tribunal de Justiça da União Europeia declarou que a Diretiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011 (relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente), deve ser interpretada no sentido de que uma decisão que autoriza o dono da obra a derrogar as medidas aplicáveis em matéria de proteção das espécies, com vista à realização de um projeto, está abrangida pelo processo de aprovação desse mesmo projeto: por um lado, a realização do referido projeto não pode ocorrer sem que o dono da obra tenha obtido essa decisão, por outro, a autoridade competente para aprovar esse projeto mantém a possibilidade de apreciar os seus efeitos ambientais mais rigorosamente do que foi feito na referida decisão.

COMUNICADO DE IMPRESSA: ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO ÂMBITO DO PROCESSO C-181/20

O Tribunal de Justiça da União Europeia declarou parcialmente inválida a Diretiva 2012/19 relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, na parte em que esta diretiva obriga os produtores de painéis fotovoltaicos a financiar os custos relativos à gestão dos resíduos provenientes destes painéis quando estes tenham sido colocados no mercado numa data anterior à data de entrada em vigor da referida diretiva (24 de julho de 2012).

Contactos



ASSUNÇÃO CRISTAS
ACR@VDA.PT



MANUEL GOUVEIA PEREIRA
MGP@VDA.PT



AFONSO CUCO
AFC@VDA.PT

Esta informação é de distribuição reservada, destinando-se exclusivamente aos clientes Vieira de Almeida, e não deve ser entendida como qualquer forma de publicidade, pelo que se encontra vedada a sua cópia ou circulação. A informação proporcionada e as opiniões expressas são de carácter geral, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico adequado para a resolução de casos concretos.